



Temas foram apresentados durante sessão plenária da Câmara

SP fica sem recurso adicional do Fundeb para educação municipal

A cidade de São Paulo não foi contemplada com recursos adicionais do Valor Aluno Ano por Resultado (VAAR), mecanismo vinculado ao Fundeb. O tema foi apresentado pelo vereador João Ananias (PT) durante sessão plenária da Câmara Municipal, nesta terça-feira (1º). Segundo o parlamentar, a capital deixou de atender a uma das cinco condições exigidas para receber o repasse: a redução das desigualdades educacionais, socioeconômicas e raciais. Ananias afirmou que o resultado exige atenção da administração aos critérios de distribuição dos recursos para a educação básica. Na mesma sessão, Luana Alves (PSOL) criticou uma possível reorganização da rede municipal que, segundo ela, pode reduzir vagas no ensino médio. A vereadora citou o ensino noturno da EMEFM Oswaldo Aranha, em Cidade Tiradentes.

Câmara debate saúde e apreensão de bikes

A prevenção ao suicídio, o incentivo à doação de órgãos e a apreensão de bicicletas foram discutidos na Câmara de São Paulo. Eli Corrêa (União) abordou as campanhas Setembro Amarelo e Setembro Verde, voltadas à saúde mental e à doação de órgãos. Renata Falzoni (PSB) relatou casos de bicicletas apreendidas no centro. Segundo a vereadora, uma ciclista foi inicialmente multada e um entregador ficou mais de um mês sem conseguir recuperar o veículo usado para trabalhar na cidade.



Eli Corrêa (União) abordou as campanhas Setembro

Ricardo Nunes cita expansão de moradias

O prefeito Ricardo Nunes afirmou, durante a 23ª Convenção Secovi-SP, que a oferta de moradias na capital passou de 72 mil unidades, em 2023, para 165 mil em 2026. Segundo os dados apresentados pelo prefeito, a participação das habitações de interesse social aumentou de 42% para 70% no período. O evento, realizado em 26 de agosto, também contou com a presença do governador Tarcísio de Freitas e reuniu representantes do mercado imobiliário para discutir habitação, crédito e economia na cidade.

Secovi-SP promove debate com Nunes

A 23ª Convenção Secovi-SP reuniu, em 26 de agosto, o prefeito Ricardo Nunes, o governador Tarcísio de Freitas e representantes do setor imobiliário. Na abertura, foram discutidos o mercado de habitação, o acesso ao crédito e o cenário econômico. Nunes informou que São Paulo alcançou 165 mil moradias em 2026, das quais 70% são classificadas como habitações de interesse social no município.

Educação inclusiva

A Câmara de SP sediou um seminário sobre educação especial, inclusão e garantia de direitos. Especialistas discutiram desafios e possibilidades para ampliar práticas inclusivas na rede de ensino da capital. O evento teve a participação de profissionais das áreas de neuropsicopedagogia, educação especial e coordenação pedagógica.

Título para Sergio Leite

A Câmara Municipal de São Paulo concedeu o Título de Cidadão Paulistano ao advogado e líder sindical Sergio Luiz Leite. A homenagem foi proposta pelo vereador Hélio Rodrigues (PT). Nascido em Araras, Leite iniciou a atuação sindical em 1989. Atualmente, preside a Fequimar e ocupa a vice-presidência da Força Sindical

Debate sobre o SUSP

A Câmara Municipal de São Paulo sediou o 1º Seminário Estadual sobre a implementação do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Criado por lei federal em 2018, o sistema prevê a integração dos órgãos do setor. O evento foi organizado pela Ouvidoria da Polícia do Estado e teve apoio dos vereadores do PT, Jair Tatto e Senival Moura.

Segurança em debate

A Comissão de Segurança Pública da Câmara de São Paulo debateu o uso do Smart Sampa para localizar mais de 2 mil homens ainda não notificados sobre medidas protetivas. O colegiado também discutiu a morte do policial militar Paulo Roberto Lima Pereira, de 44 anos, durante uma tentativa de assalto na Marginal Tietê, na zona norte.

Visita italiana a SP

A Câmara Municipal de São Paulo recebeu o prefeito de Corigliano Rossano, Flavio Stasi, em visita institucional. O político italiano estava acompanhado de vereadores do município. A comitiva foi recebida pelo primeiro vice-presidente da Casa, João Jorge (MDB). O encontro foi organizado pelo vereador Eliseu Gabriel (PSB).

Título para Maricato

A Câmara Municipal de SP concedeu o Título de Cidadão Paulistano ao advogado, escritor e empresário Percival Maricato, 82 anos, em sessão solene no Pacaembu. A homenagem foi proposta pelo vereador Nabil Bonduki (PT). Nascido em Santa Ernestina, Maricato vive na capital desde os dez anos e fundou entidades gastronômicas.



Remuneração inicial de Auditores de Controle Interno será de R\$ 21.527,50

Prefeitura prevê R\$ 38,7 mil a auditores da Controladoria

Proposta altera regras da carreira e cria gratificações para servidores

Da **Redação**

A Prefeitura de São Paulo encaminhou à Câmara Municipal um projeto de lei que estabelece salários de até R\$ 38.751,90 para auditores da Controladoria-Geral do Município (CGM). A proposta também modifica regras da carreira e cria ou atualiza gratificações destinadas aos servidores do órgão.

Pelo texto apresentado pelo Executivo, a remuneração dos Auditores Municipais de Controle Interno será de R\$ 21.527,50 no primeiro nível e poderá chegar a R\$ 38.751,90 no último estágio da carreira. Segundo a Prefeitura, os valores indicados na tabela ainda não incluem uma das parcelas da revisão remuneratória prevista na Lei Municipal nº 18.463, de 2026.

A administração municipal afirma que a alteração busca tornar a carreira mais competitiva, reduzir a saída de profissionais e manter servidores especializados na estrutura pública. Os auditores atuam na fiscalização da aplicação dos recursos municipais, em auditorias, no acompanhamento da gestão e em medidas de prevenção e combate à corrupção.

O projeto também reajusta a Gratificação Especial

pela Prestação de Serviços de Controladoria. O benefício passará a ter valor mensal de R\$ 1.998,73 e será destinado a servidores efetivos, admitidos ou contratados pela Prefeitura que estejam lotados na CGM e trabalhem em unidades da administração direta.

Outra mudança prevista é a criação de uma gratificação de R\$ 762,74 para servidores formalmente designados como integrantes de Comissões Processantes Permanentes ou de comissões responsáveis por apurar a responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas.

Esse pagamento será feito apenas durante o período em que o servidor permanecer designado para a função. A gratificação não será incorporada ao salário e não poderá ser acumulada, mesmo quando o funcionário participar de mais de uma comissão. O valor será corrigido pelos mesmos índices utilizados na revisão geral anual dos servidores municipais.

Além dos salários, a proposta atualiza a relação de verbas que podem ser recebidas pelos auditores submetidos ao regime de remuneração por subsídio, que estabelece o pagamento em parcela única, com exceção das vantagens autorizadas por lei.